

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira

2

*Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Sandra Célia Coelho Gomes da Silva
(Organizadores)*



Atena
Editora

Ano 2020

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira

2

*Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Sandra Célia Coelho Gomes da Silva
(Organizadores)*



Atena
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Camila Alves de Cremo

Edição de Arte: Luiza Batista

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais. Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Editora Chefe

Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará

Profª Drª. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional

Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ

Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Aspectos históricos, políticos e culturais da educação brasileira 2

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Sandra Célia Coelho Gomes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A838 Aspectos históricos, políticos e culturais da educação brasileira 2 [recurso eletrônico] / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Maria Teresa Ribeiro Pessoa, Sandra Célia Coelho Gomes da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-205-0

DOI 10.22533/at.ed.050202107

1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Purificação, Marcelo Máximo. II. Pessoa, Maria Teresa Ribeiro. III. Silva, Sandra Célia Coelho Gomes da.

CDD 379.981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Caríssimos leitores, apresentamos a vocês o volume 2 da Coletânea, “Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira”, uma obra que totaliza 71 artigos e 3 volumes com textos diversos e plurais que discutem a educação a partir de várias perspectivas. Este volume está organizado em dois eixos com 12 artigos cada um, que mostram a conjuntura de investigações que foram desenvolvidas em vários contextos do Brasil, expandindo assim, a reflexão filosófica e o pensamento científico a partir da perspectiva educacional.

A Educação brasileira no cenário atual parece seguir sem perspectivas de avanços, haja vista a falta de políticas públicas educacionais que dialoguem com um Brasil de muitas dimensões e diversidades. Esse cenário, clama pela valorização da educação e dos seus atores, e de um alargamento de diálogos entre o sistema político, universidades e outros organismos vinculados à educação. Diante o exposto, inferimos que: trabalhos como esses apresentados no volume 2 desta Coletânea, mostram o potencial científico e de intervenção social que advém das investigações desenvolvidas nos liames da educação.

Nessa direção, o volume 2 da Coletânea, estabelece uma teia dialógica que perpassa pela educação, promovendo a integração de termos que direcionam o pensar e a reflexão científica rumo aos contextos - histórico, político, cultural e social -, dos quais pontuamos: aprendizagem, currículo, democratização, desenvolvimento profissional, desigualdade, direitos humanos, educação, ensino, formação de professores, gestão, história, política, entre outros. Com isso, desejamos a vocês uma boa leitura e boas reflexões.

Marcelo Máximo Purificação

Maria Teresa Ribeiro Pessoa

Sandra Célia Coelho Gomes da Silva

SUMÁRIO

EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM FOCO - PARTE I

CAPÍTULO 1	1
DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONSTRUINDO A IDENTIDADE E ROMPENDO O PRECONCEITO ATRAVÉS DA LUDICIDADE	
Jozaene Maximiano Figueira Alves Faria Fernanda Pereira da Silva Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.0502021071	
CAPÍTULO 2	6
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E A BNCC	
Reginaldo Aparecido de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0502021072	
CAPÍTULO 3	19
EDUCAÇÃO SEXUAL E ESTUDO DE ESTATÍSTICA COMO MEIOS DE EMPODERAMENTO FEMININO	
Polyana Perosa Mirella Aguiar da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.0502021073	
CAPÍTULO 4	25
ENSINO DE SOCIOLOGIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A SENSIBILIZAÇÃO SOCIOLÓGICA: UMA EXPERIÊNCIA COM ESTÁGIO CURRICULAR NAS ESCOLAS PÚBLICA ESTADUAIS NO SUDOESTE BAIANO	
Valdívia Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.0502021074	
CAPÍTULO 5	38
ENSINO PROFISSIONAL SIGNIFICATIVO: A METODOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS COMO DIFERENCIAL	
Gerson dos Santos Neto	
DOI 10.22533/at.ed.0502021075	
CAPÍTULO 6	64
ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL DESPROVIDA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL, É POSSÍVEL?	
Jonatan Pereira da Silva Rilva José Pereira Uchôa Cavalcanti José Santos Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.0502021076	
CAPÍTULO 7	78
ESTILOS DE APRENDIZAGEM E DIFERENÇAS INDIVIDUAIS EM ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO: O CASO DE UM INSTITUTO FEDERAL BRASILEIRO	
Cicero Eduardo de Sousa Walter Paulo Jordão de Oliveira Cerqueira Fortes Rafael Ângelo dos Santos Leite Polyana Carvalho Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.0502021077	

CAPÍTULO 8	93
FORMAÇÃO DE EDUCADORES E OS DESAFIOS DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA CONTEMPORANEIDADE	
Benjamim Machado de Oliveira Neto	
DOI 10.22533/at.ed.0502021078	
CAPÍTULO 9	103
FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO EMOCIONAL	
Talita Aparecida de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0502021079	
CAPÍTULO 10	116
FORMANDO PARA A DOCÊNCIA: UM PROCESSO DE INVESTIMENTO NA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO	
Joseanne Zingleara Soares Marinho	
Isadora Ribeiro Ibiapina	
DOI 10.22533/at.ed.05020210710	
CAPÍTULO 11	128
GESTÃO DEMOCRÁTICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM OLHAR SOBRE A PROPOSTA PEDAGÓGICA DA ESCOLA FERNANDO RODRIGUES DO CARMO EM SANTANA-AP	
Elivaldo Serrão Custódio	
DOI 10.22533/at.ed.05020210711	
CAPÍTULO 12	143
GESTÃO EMPREENDEDORA COMO FONTE DE VANTAGEM COMPETITIVA: UM OLHAR SOBRE O GRUPO SCC	
Inara Antunes Vieira Willerding	
Roberto Rogério do Amaral	
Édis Mafra Lapolli	
DOI 10.22533/at.ed.05020210712	
EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM FOCO - PARTE II	
CAPÍTULO 13	156
GESTÃO ESCOLAR E OS DESAFIOS FRENTE A IMPLEMENTAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA PROVA BRASIL	
Wanessa Vieira Modesto	
Ana Kely Martins da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.05020210713	
CAPÍTULO 14	172
INFORMÁTICA BÁSICA NA ESCOLA: UMA EXPERIÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL	
Claudemir Cosme da Silva	
Renata Makelly Tomaz do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.05020210714	
CAPÍTULO 15	181
JOÃO ALFREDO E A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO BRASIL IMPERIAL	
Cíntia Farias	
Alberto Damasceno	
Suellem Pantoja	
Viviane Dourado	
DOI 10.22533/at.ed.05020210715	

CAPÍTULO 16 190

LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA AS ESCOLAS DO CAMPO

Silvanete Pereira dos Santos
Maria Onilma Moura Fernandes (In memoriam)
Sheila de Fatima Mangoli Rocha
Felipe Aleixo

DOI 10.22533/at.ed.05020210716

CAPÍTULO 17 204

MÁQUINA DE ONDAS ESTACIONÁRIAS DE DUAS FONTES

Guilherme Tavares Tel
Gabriel Felipe de Souza Gomes
Gabriel Tolardo Colombo
Luana Gonçalves
Paulo Vitor Altoé Brandão
Marcos Cesar Danhoni Neves

DOI 10.22533/at.ed.05020210717

CAPÍTULO 18 211

O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOCENTE NUMA PERSPECTIVA AUTOBIOGRÁFICA

Tuany Inoue Pontalti Ramos

DOI 10.22533/at.ed.05020210718

CAPÍTULO 19 220

O HERÓI DOCENTE: OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Roseli Vieira Pires
Kátia Barbosa Macêdo
Anna Flávia Ferreira Borges

DOI 10.22533/at.ed.05020210719

CAPÍTULO 20 234

O OLHAR ACADÊMICO/PIBIDIANO SOBRE AS PRÁTICAS AVALIATIVAS NO ENSINO SUPERIOR

Arnóbio Rodrigues de Sousa Júnior
Antonio Avelar Macedo Neri
Maria das Dores Alexandre Maia
Mayara Barros Bezerra
Oscar Soares de Araújo Júnior

DOI 10.22533/at.ed.05020210720

CAPÍTULO 21 245

O PAPEL ARTICULADOR DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO SERVIÇO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO

Selma Marquette Molina
João Clemente de Souza Neto

DOI 10.22533/at.ed.05020210721

CAPÍTULO 22 257

O PAPEL DO APEGO NO PROCESSO DE INSERIMENTO DA CRIANÇA NA CRECHE

Nathália Ferraz Freitas
Sorrana Penha Paz Landim
Cinthia Magda Fernandes Ariosi

DOI 10.22533/at.ed.05020210722

CAPÍTULO 23 266

O PÁTIO ESCOLAR E OS TERRITÓRIOS EDUCATIVOS: PROJETOS EDUCACIONAIS DESENVOLVIDOS EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DA REDE PÚBLICA DE ENSINO – CAICÓ/RN

Aline Kelly Araújo dos Santos

Joseane Alves Vasconcelos

DOI 10.22533/at.ed.05020210723

CAPÍTULO 24 274

O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL COMO METODOLOGIA DE DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR

Lidnei Ventura

Klalter Bez Fontana

Roselaine Ripa

DOI 10.22533/at.ed.05020210724

SOBRE OS ORGANIZADORES..... 285

ÍNDICE REMISSIVO 287

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E A BNCC

Data de aceite: 01/07/2020

Reginaldo Aparecido de Oliveira

RESUMO: Ao longo da história é possível identificar diferentes concepções do conceito de Direitos Humanos, formadas justamente pela relação que provém dos interesses antagônicos entre o sistema econômico e o sistema social. Sob esta multiplicidade de formas de compreensão do conceito de Direitos Humanos, se encontra também os questionamentos sobre Educação e Direitos Humanos. Partindo de uma perspectiva histórico-crítica do conceito de Direitos Humanos, surge o seguinte questionamento: A Base Nacional Comum Curricular pode ser compreendida como um documento construído a partir de princípios de uma Educação em Direitos Humanos? Sendo assim, o objetivo do trabalho é discutir sobre uma Educação em Direitos Humanos a partir da análise de conteúdo da Base Nacional Comum Curricular. A análise da questão proposta se apoia nos argumentos teóricos de Candau (2005, 2013), Candau e Sacavino (2013). O trabalho se organiza a partir de uma apresentação da Base Nacional Comum Curricular e de compreensões sobre Educação em Direitos Humanos,

após é apresentado inferências que buscam compreender as possíveis aproximações ou distanciamentos entre o texto da BNCC e os elementos constitutivos de uma educação em Direitos Humanos a partir dos estudos de Candau e Sacavino (2013).

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Direitos Humanos; currículo.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história é possível identificar diferentes concepções do conceito de Direitos Humanos, formadas justamente pela relação que provém dos interesses antagônicos entre o sistema econômico e o sistema social, “hoje nem podemos saber com certeza se os direitos humanos do presente são uma herança das revoluções modernas ou das ruínas dessas revoluções” (SANTOS, 2016). Segundo Sacavino (2009), o conceito de Direitos Humanos ora possui um enfoque neoliberal, centralizado nos direitos individuais, civis e políticos, ora um enfoque histórico-crítico de caráter contra-hegemônico, nos quais os direitos humanos podem ser considerados como referência no processo de construção de uma sociedade diferente, justa, solidária e

democrática, em que a “redistribuição e o reconhecimento se articulam, tendo como centro a indivisibilidade e a interdependência das diferentes gerações de direitos” (SACAVINO, 2009, p. 240). Associado a esta questão, ainda há de se considerar as concepções que habitam nos imaginários, mentalidades e subjetividades de cada indivíduo e contexto, levando assim a uma infinidade de concepções sobre o mesmo termo.

Sob esta multiplicidade de formas de compreensão do conceito de Direitos Humanos, se encontra também os questionamentos sobre a relação entre Educação e Direitos Humanos, que por sua vez, abriram caminhos para expressões como Educação como Direito Humano, Educação para os Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos, todas elas, utilizadas muitas vezes como sinônimas, porém refletoras de ideologias e conceitos determinantes para a estruturação das práticas pedagógicas que são desenvolvidas pelos mais diversos profissionais ligados à educação.

Partindo do pressuposto que educação é um Direito Humano, Candau (2013) trabalha com a perspectiva de uma Educação em Direitos Humanos, movida justamente pela compreensão de que a educação deve trabalhar com processos de transformação cultural, que por sua vez, para ser efetivada precisa ir muito além da sensibilização, informação ou mesmo da positivação das leis. Para a autora, esse princípio educativo exige o “desenvolvimento de processos formativos que permitam a mudança de mentalidades, valores, comportamentos e atitudes dos diversos sujeitos que dele participam” (CANDAU, 2013, p. 36), e isto certamente exige mais do que a inserção de conteúdos sobre Direitos Humanos nos processos educativos seja de forma disciplinar ou mesmo transversalmente. O que se encontra em questão é a organização de espaços educativos permeados por uma cultura em direitos humanos vivenciada por todos os atores integrantes do processo.

Nesse sentido, apoiado em uma perspectiva histórico-crítica do conceito de Direitos Humanos, pesquisadores da América Latina, por meio de um estudo intitulado: “Educação em Direitos Humanos na América Latina e no Brasil: gênese histórica e realidade atual”, que vem sendo desenvolvido desde dois mil e oito, compreenderam que para a efetivação de uma educação em Direitos Humanos, os seguintes elementos deveriam ser afirmados nos diferentes âmbitos educativos: a visão integral dos direitos; uma educação para o “nunca mais”; o desenvolvimento de processos orientados à formação de sujeitos de direito e atores sociais; e a promoção do empoderamento individual e coletivo, especialmente dos grupos sociais marginalizados ou discriminados (CANDAU, 2005, p. 7-8)

Diante desta constatação, temos em um dos documentos orientadores do currículo das escolas públicas e privadas de todo o Brasil, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a auto indicação de uma consonância com os princípios de uma Educação em Direitos Humanos. O documento retoma uma expressão do Caderno de Educação em Direitos Humanos, promulgado no ano de dois mil e treze pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República que afirma que a “educação deve afirmar valores

e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (BRASIL, 2013).

Diante deste contexto, surge o seguinte questionamento: A Base Nacional Comum Curricular pode ser compreendida como um documento construído a partir de princípios de uma Educação em Direitos Humanos? Sendo assim, o objetivo do trabalho é discutir sobre a Educação em Direitos Humanos a partir de uma análise de conteúdo da Base Nacional Comum Curricular.

Para atingir tais objetivos, a pesquisa utiliza-se da abordagem qualitativa de cunho descritivo apresentando dados referentes ao objeto de análise. Este estudo apóia-se na análise de conteúdo de Bardin (2016), que organiza esse processo em três etapas: a primeira delas a pesquisa exploratória do problema, contemplando informações a respeito do tema em questão, a segunda etapa, a leitura controlada, momento em que se verifica as categorias presentes na BNCC, e a última etapa, em que se realiza o processo de análise a partir das categorias de concepção de Educação em Direitos Humanos de Candau e Sacavino (2013).

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

As discussões sobre os Direitos Humanos tem feito parte de vários espaços sociais, principalmente após a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela ONU em 1948, onde muitas nações por meio de tratados, resoluções, pactos e declarações estabeleceram seus marcos éticos, políticos e normativos. Seja por conta das discussões conceituais e suas diferentes fundamentações, ou pelas novas demandas que são identificadas a cada dia, os Direitos humanos permanecem em questão. No entanto, por mais que possa se perceber discussões sobre esta temática e até mesmo se identificar um avanço na afirmação destes em documentos jurídicos e normativos, a história tem mostrado que isto não é o suficiente para a transformação social. Na atualidade, ainda há de se considerar os caminhos conceituais que foram sendo atribuídos aos Direitos Humanos, principalmente em relação às contradições entre violência e proteção de direitos, levando muitas pessoas hoje a afirmar que “os Direitos Humanos constituem um discurso retórico, que serve mais para legitimar situações de violação, do que para ser um instrumento de luta pela justiça, pela paz e pela democracia” (CANDAU, 2013, p. 60). Tais constatações apontam para a necessidade da “configuração de uma cultura dos Direitos Humanos nas nossas sociedades, a penetrar nas diversas relações sociais, assim, como nas mentalidades dos diferentes grupos e nas subjetividades de cada um de nós” (CANDAU, 2013, p. 58).

Neste sentido a educação formal torna-se um espaço privilegiado para o desenvolvimento de ações que possam trabalhar com a formação do indivíduo, até porque,

seja em uma perspectiva de formação para a cidadania ou para o mundo do trabalho, a escola em sua essência, trabalha com indivíduos e suas interações.

A ideia de uma Educação em Direitos Humanos nasceu junto com a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, que em seu preâmbulo apresenta o ensino e a educação como o caminho para o desenvolvimento do respeito aos direitos e liberdades nela apresentados (ONU, 1948). Particularmente a Organização das Nações Unidas passou a tratar com maior ênfase e incluir nas resoluções e pactos que propunha as nações do mundo questões relativas à Educação em Direitos Humanos.

No ano de 1993 a Declaração do Programa de Ação de Viena referenda a concepção de Educação em Direitos Humanos e define ser essencial a inclusão do tema nos programas de formação e informação, buscando assim promover ações estáveis e harmoniosas na sociedade. Outro marco importante foi à aprovação do Plano de Ação para a Década, promulgado em 1995 pela Organização das Nações Unidas com o objetivo de cooperar na missão dos governos em cumprir os acordos assumidos com relação à educação Direitos Humanos no âmbito da política internacional de Direitos Humanos.

No Brasil, somente após 1980, por meio dos processos de redemocratização do país, que se fortalece a discussão sobre a Educação em Direitos Humanos. Durante a Década da ONU para Educação em Direitos Humanos, especificamente em julho de 2003 no Estado brasileiro se tornou oficial a Educação em Direitos Humanos como política pública. Foi instituído também um comitê nacional de Educação em Direitos Humanos reunindo especialistas da área com sua primeira missão, a de elaborar o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos objetivando estimular o debate sobre Direitos Humanos e a formação para a cidadania no Brasil. O Plano foi lançado no ano de 2003 e se caracterizou como um instrumento orientador e fortalecedor de ações educativas direcionadas. Desde então ele vem sendo rediscutido tendo como base as Conferências Nacionais de Direitos Humanos, que desde 1996 provê subsídios para a discussão.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos conceitua a Educação em Direitos Humanos como:

“um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos articulando as seguintes dimensões: a) apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre os direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local; b) afirmação de valores atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade; c) formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente nos níveis cognitivo social ético e político; d) desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; e) fortalecimento de práticas individuais e sociais que geram ações e instrumentos em favor da promoção da proteção e da defesa de direitos humanos bem como da reparação das violações” (BRASIL, 2013).

Por mais que houvesse um compendio de legislações a respeito do tema, ainda havia a necessidade do estabelecimento de aproximações entre o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e as instituições educacionais, por isso foi construído no

ano de 2012 as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos com o objetivo de recomendar metodologias pedagógicas para serem implantadas nos currículos, nos projetos pedagógicos e na própria gestão educacional.

Uma das concepções apresentadas nas Diretrizes é a “educação para a mudança e a transformação social” (BRASIL, 2012), que tem como ênfase possibilitar que o sujeito possa realizar uma nova interpretação de sua existência e assim, caminhar em um processo de liberdade das violações e preconceitos que fazem parte do seu contexto. Ainda de acordo com o referido documento, a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior poderá ocorrer pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente; como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar ainda de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade.

Uma pesquisa iniciada em dois mil e oito por pesquisadores da América Latina, intitulada “Educação em Direitos Humanos na América Latina e no Brasil: gênese histórica e realidade atual”, tem buscado estabelecer quais elementos são essenciais para a efetivação de uma Educação em Direitos Humanos. Com base em uma perspectiva histórico-crítica do conceito de Direitos Humanos, tem se estabelecido que os seguintes elementos deveriam ser afirmados nos diferentes âmbitos educativos: a visão integral dos direitos; uma educação para o “nunca mais”; o desenvolvimento de processos orientados à formação de sujeitos de direito e atores sociais; e a promoção do empoderamento individual e coletivo, especialmente dos grupos sociais marginalizados ou discriminados (CANDAU, 2005, p. 7-8).

O primeiro elemento diz respeito à compreensão dos direitos humanos em sua globalidade e interdependência, em comum acordo com a Conferência de Viena que formalizou e reconheceu como fundamental para a construção democrática a universalidade, a indivisibilidade, a interdependência e a inter-relação dos direitos civis, dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

A educação para o “nunca mais” tem como perspectiva uma compreensão histórica, enfatizando a importância da memória, mantendo sempre viva a memória dos horrores das dominações, colonizações, ditaduras, autoritarismos, perseguições políticas, torturas, escravidões, genocídios, desaparecimentos. Implica saber reler a história com outras chaves e olhares capazes de mobilizar energias de coragem, justiça, esperança e compromisso que favoreçam a construção e exercício da cidadania (SACAVINO, 2000a, p. 44; MAGENDZO, 2000, p. 362).

O terceiro elemento está relacionado à formação de sujeitos de direitos, que por sua vez, se faz necessário uma articulação entre a dimensão ética com a político-social e com as práticas concretas. Segundo Candau e Sacavino (2013, p. 62) ser sujeito de direitos implica em “reforçar no cotidiano, através de práticas concretas, a lógica expansiva da

democracia, afirmar o princípio e o direito da igualdade estabelecidos na esfera jurídica e política e transportar essa dinâmica igualitária para as diversas esferas da sociedade”.

Por fim, o quarto elemento diz respeito a promoção do empoderamento individual e coletivo, especialmente dos grupos sociais desfavorecidos ou discriminados. De acordo com Sacavino (2000b, p. 27) o empoderamento tem duas dimensões básicas: pessoal e social, intimamente relacionadas. A dimensão pessoal se relaciona com a potencialização do próprio ser e integra aspectos cognitivos, criatividade, autoconceito, autoestima e confiança nas próprias possibilidades, já a dimensão social está articulada com os mecanismos de participação e organização, assim como com a relação entre igualdade e diferença (SACAVINO, 2000b, p. 27).

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

No ano de dois mil e dezessete, foi entregue pelo Ministério da Educação e aprovada pelo CNE, por meio da Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), apresentando-se como um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, “de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento” (BRASIL, 2018, p. 7).

A proposta de construção de bases gerais que possam subsidiar os currículos escolares em nível nacional tem sido uma preocupação dos órgãos diretores da educação desde 1949 a partir da elaboração do documento denominado “Leitura e linguagem do curso primário: sugestões para a organização e desenvolvimento de programas” que tinha como finalidade a organização das bases gerais para os programas das disciplinas dos cursos primários. Desde então, esta intencionalidade tem sido uma constante, com maior ênfase no final da década de 1990. As razões para essa preocupação, ao longo da nossa história, são variadas e dependeram do contexto sociopolítico, econômico e educacional, mas, de modo geral, segundo Gontijo (2016, p. 175), todas as propostas partem da “necessidade de mudanças vislumbradas por esses órgãos e visaram, de algum modo, à democratização da educação e à modernização do ensino”.

O documento atual tem sua justificativa ancorada no Plano Nacional de Educação 2014-2024 (BRASIL, 2014) e se apresenta como a consolidação da proposta do estabelecimento de uma Base Nacional que possa garantir os direitos de aprendizagens de estudantes em todo o território nacional. A proposta tem impulsionado novas políticas educacionais desenhadas pelo Ministério da Educação, impactando de forma direta a formulação dos currículos escolares, à formação dos profissionais de educação, bem como os processos avaliativos nas escolas e sistemas de ensino.

O referido documento é estruturado a partir de dez competências gerais, que

consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes. Por competência, o documento define a mobilização de “conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2018, p. 8).

Ao definir essas competências, a BNCC reconhece que a educação deve “afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (BRASIL, 2018). Esse reconhecimento aponta para uma auto indicação de consonância com os princípios de uma Educação em Direitos Humanos apoiado no Caderno de Educação em Direitos Humanos, promulgado no ano de dois mil e treze pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (BRASIL, 2013).

As competências também são apresentadas no documento como forma de expressão dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento, estruturadas por meio de diferentes objetos de conhecimento, entendidos como conteúdos, conceitos e processos que por sua vez são organizados em unidades temáticas. Para garantir o desenvolvimento das competências, as unidades temáticas são explicitadas por meio de habilidades, apresentadas como o “saber fazer”, necessário para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Na atualidade muito tem se discutido sobre a necessidade de uma Base Nacional, suas intencionalidades e finalidades levando-se em conta principalmente o reforço de uma lógica de aprendizagem com base em competências, com concepção curricular restritiva e fortemente articulada a avaliação de tipo padronizada e estandardizada. Para Silva (2015) o documento produzido pelo MEC não possui suficiência no que se propõe, haja vista ter negligenciado justamente essa discussão e recaído na mais pragmática formulação: a definição de listagens de conteúdos travestidos de “direitos e objetivos de aprendizagem” (SILVA, 2015, p. 368). Pensando justamente em uma educação crítica e emancipatória, a BNCC caminha justamente em sentido oposto ao propor uma dimensão do controle por parte do Estado sobre as escolas e, em consequência, sobre a formação dos indivíduos.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

O presente artigo busca compreender se a Base Nacional Comum Curricular pode ser entendida como um documento construído a partir de princípios de uma Educação em Direitos Humanos, para tal, utiliza-se da Análise de Conteúdo que em termos gerais pode ser definida como um conjunto de instrumentos metodológicos que têm como fator comum uma interpretação controlada, baseada na inferência (BARDIN, 2016). Esse

conjunto de técnicas de análise tem como objetivo obter, por meio de procedimentos sistemáticos, indicadores, sejam qualitativos ou quantitativos que possibilitam a inferência de conhecimentos que, perpassam entre o rigor da objetividades e a fecundidade da subjetividade.

A primeira etapa se deu por meio de uma pesquisa exploratória do problema, contemplando informações a respeito do tema em questão. Já na segunda etapa, a leitura controlada se deu a partir de uma busca lexical da expressão “Direitos Humanos”.

O documento apresenta já no texto introdutório uma referência à expressão “Direitos Humanos”, fazendo uma citação direta do Caderno de Educação em Direitos Humanos promulgado pela Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos em 2013 que reconhece que a educação deve “afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (BRASIL, 2013 apud BRASIL, 2018, p. 8),

Ao tratar dos Direitos Humanos especificamente, os nomeia como um dos “temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global” (BRASIL, 2018, p. 19), orientando que os sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência incorporem aos currículos e às propostas pedagógicas os respectivos temas, preferencialmente de forma transversal e integradora. Também afirma que na BNCC essas “temáticas são contempladas em habilidades dos componentes curriculares, cabendo aos sistemas de ensino e escolas, de acordo com suas especificidades, tratá-las de forma contextualizada” (BRASIL, 2018, p. 20).

A referência aos Direitos Humanos também aparece em duas das dez competências gerais para a educação básica:

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza (BRASIL 2018, p. 9-10).

Em se tratando da etapa da Educação Infantil, o texto não apresenta em nenhum momento a expressão “Direitos Humanos”. No texto referente ao Ensino Fundamental, a expressão é identificada na apresentação de algumas áreas de conhecimento e seus respectivos componentes curriculares, como é o caso das Linguagens, inclusive em um das Competências Específicas de Linguagens para o Ensino Fundamental, como também

no componente de Língua Portuguesa, tanto para os anos iniciais quanto para os anos finais do Ensino Fundamental em forma de competências, porém não é identificada a expressão em nenhum dos demais componentes curriculares.

Na área de Conhecimento das Ciências da Natureza a expressão também não é identificada, aparecendo novamente na área das Ciências Humanas, inclusive em forma de duas competências gerais:

1. Compreender a si e ao outro como identidades diferentes, de forma a exercitar o respeito à diferença em uma sociedade plural e promover os direitos humanos.

6. Construir argumentos, com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, para negociar e defender ideias e opiniões que respeitem e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental, exercitando a responsabilidade e o protagonismo voltados para o bem comum e a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (BRASIL, 2018, p. 357).

Dentro da área das Ciências Humanas, a expressão também pode ser identificada no Componente Curricular de História, na descrição de habilidades do 5º e do 9º ano, especificamente tratando da História do Brasil republicano incluindo o protagonismo de diferentes grupos e sujeitos históricos, enfatizando a construção da Constituição de 1988. Também aborda os grandes conflitos mundiais permitindo uma compreensão circunstanciada das razões que presidiram a criação da ONU, abrindo espaço assim para um debate sobre Direitos Humanos, com a ênfase nas diversidades identitárias multiculturais incluindo europeus, africanos, asiáticos e latino-americanos dos séculos XX e XXI. Por fim a expressão é retomada no componente de Ensino Religioso apontando para a necessidade de “construir por meio do estudo dos conhecimentos religiosos e das filosofias de vida, atitudes de reconhecimento e respeito às alteridades” (BRASIL, 2018, p. 437). A proposta aponta para a construção de um espaço de aprendizagens, experiências pedagógicas, intercâmbios e diálogos permanentes, que possam promover o acolhimento das identidades culturais, religiosas ou não, na perspectiva da interculturalidade, direitos humanos e cultura da paz.

No que diz respeito a etapa do Ensino Médio, o texto introdutório indica que esta etapa deve possibilitar vivências que possam contribuir para a formação de sujeitos que possam “analisar e transformar suas práticas corporais, tomando e sustentando decisões éticas, conscientes e reflexivas em defesa dos direitos humanos e dos valores democráticos” (BRASIL, 2018, p. 484).

A expressão é utilizada em duas competências específicas de linguagens e suas tecnologias, ambas defendendo a formação de um sujeito capaz de atuar socialmente por meio das diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais) com base em princípios e valores assentados na democracia, na igualdade, nos Direitos Humanos, na consciência socioambiental e o consumo responsável, em âmbito local, regional e global. Também retoma a formação de uma consciência corporal crítica que possa adotar posicionamento

contrário a qualquer manifestação de injustiça e desrespeito a direitos humanos e valores democráticos.

Na área da matemática e suas tecnologias e das ciências da natureza e suas tecnologias, não é utilizado a expressão, vindo a ser retomada somente na área de ciências humanas e sociais aplicadas onde se assume um compromisso educativo com base as ideias de justiça, solidariedade, autonomia, liberdade de pensamento e de escolha, buscando a compreensão e o reconhecimento das diferenças, o respeito aos direitos humanos e à interculturalidade, e o combate aos preconceitos de qualquer natureza. Afirma que o entrelaçamento entre questões sociais, culturais e individuais permite aprofundar, no Ensino Médio, a discussão sobre a ética e apresenta em três competências específicas de ciências humanas e sociais aplicadas a expressão, ambas trazendo à discussão a análise das relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades, como também identificando e combatendo as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos, possibilitando assim, a participação do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições.

Partindo da categorização dos quatro elementos, apresentados por Candau e Sacavino (2013) como constituintes de uma Educação em Direitos Humanos: a visão integral dos direitos; uma educação para o “nunca mais”; o desenvolvimento de processos orientados à formação de sujeitos de direito e atores sociais; e a promoção do empoderamento individual e coletivo, especialmente dos grupos sociais marginalizados ou discriminados, foram realizadas inferências levando em conta os contextos em que a expressão é empregada.

A análise possibilitou a compreensão de algumas questões, tais como a definição do próprio documento da Educação em Direitos Humanos como uma “temática da atualidade”, não legitimando o caráter legal que a questão possui, muito menos reconhecendo sua função social na construção de uma educação em direitos humanos, por conseguinte, uma sociedade mais justa, humana e fraterna. Também precisa ser destacado a indicação dada a incorporação nos currículos e às propostas pedagógicas preferencialmente de forma transversal e integradora, questão esta que também não é materializada ao longo do documento, sendo bem explícito na etapa da Educação Infantil, por exemplo, em que em nenhum momento é mencionado a expressão “Direitos Humanos”.

Das quatro categorias utilizadas para análise, foi possível identificar uma ênfase na formação de sujeitos, apontando na maioria dos casos a formação de competências que possibilitem ao estudante uma participação ativa enquanto sujeito na sociedade. Para Candau (2013) a formação do sujeito de direitos vai além da posituação das legislações que apontam para essa condição, sendo necessário o desenvolvimento de quatro movimentos no processo educativo que possam assim desconstruir a ideia de direito

como um favor. Esses movimentos são: saber/ conhecer os direitos, desenvolver uma autoestima positiva, promover uma capacidade argumentativa e ser um(a) cidadão(ã) ativo(a) e participativo(a). (CANDAU, 2013, p. 41). Nesta condição, a BNCC se restringe ao desenvolvimento de capacidades de ação, esvaziando o caráter formativo de base que fundamenta o desenvolvimento das ações, não é identificado em nenhum momento a formação para saber/ conhecer os direitos por exemplo.

As demais categorias ficam em segundo plano com referências muito insignificantes no contexto geral da Educação Básica, como é o caso da categoria, Educação para o “Nunca Mais”, que por sua vez, chama a atenção sobre a necessidade de um resgate histórico das relações de poder e dominação que marcaram os tempos e espaços da história mundial, em busca do estabelecimento de uma cultura que não seja tolerante ao renascimento das injustiças que ora se efetivaram entre os povos, identificada com maior intensidade somente na descrição das unidades temáticas e habilidades indicadas para o nono ano do ensino fundamental.

Em relação a visão integral dos Direitos humanos, também percebe-se uma dificuldade, principalmente no que diz respeito a definição que o documento assume sobre esta integralidade, vindo a ter poucas referências e apenas uma com uma abrangência mais integradora onde orienta que as ciências humanas no ensino fundamental deve auxiliar os alunos a construir um sentido de responsabilidade para valorizar: “os direitos humanos; o respeito ao ambiente e à própria coletividade; o fortalecimento de valores sociais, tais como a solidariedade, a participação e o protagonismo voltados para o bem comum; e, sobretudo, a preocupação com as desigualdades sociais” (BRASIL, 2018, p. 354).

Porém a categoria com maior fragilidade no documento é a que diz respeito ao empoderamento, entendido por Candau como “um processo que procura potencializar grupos ou pessoas que tem menos poder na sociedade e que estão dominados, submetidos ou silenciados, em relação a vida e aos processos sociais, políticos, econômicos, culturais, etc” (CANDAU, 2013, p. 38), sendo o mais próximo disso, a indicação de uma das habilidades propostas para o trabalho com o componente curricular de História no nono ano do ensino fundamental que objetiva “discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas” (BRASIL, 2018, p. 431). O documento não discute a dimensão básica do empoderamento, que se relaciona se relaciona com a potencialização do próprio ser, integrando aspectos cognitivos, criatividade, autoconceito, autoestima e confiança nas próprias possibilidades, como também não discute a dimensão social, que está articulada com os mecanismos de participação e organização, assim como com a relação entre igualdade e diferença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do questionamento sobre a relação entre uma Educação em Direitos Humanos, conforme proposta por Candau (2005, 2013) e Candau e Sacavino (2013) e a Base Nacional Comum Curricular pode ser perceber que por mais que o próprio documento se auto indica em consonância com os princípios de uma Educação em Direitos Humanos, tal afirmação não se sustenta de forma integral, apresentando fragilidades desde a conceitualização, uma vez que se refere a questão simplesmente como um tema contemporâneo e não como fundamento ético educativo para a formação de uma sociedade mais justa e democrática, até ao não estabelecimento da Educação em Direitos Humanos como referência para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e democrática.

A luz das compreensões de Candau (2005, 2013) e Candau e Sacavino (2013) pode ser compreender que em nenhuma das quatro categorias de análise utilizadas o referido documento expressa uma clara intencionalidade, evidenciando somente uma ênfase na formação de competências e habilidades, porém esvaziadas de uma crítica que tenha como fundamento dimensões políticas, éticas, sociais, econômicas, históricas e culturais dos direitos humanos.

Outra questão identificada, é que o documento se mantém em uma condição normativa, apresentando expressões referente aos Direitos Humanos porém não vinculando os contextos de efetivação de uma Educação em Direitos Humanos, ficando assim fadado a mais um documento de ordem burocrática porém de pouco efeito prático no que diz respeito a transformação social.

Por fim, há de se destacar a discrepância entre um documento que se apresenta como pautado em uma Educação em Direitos Humanos e a falta da representatividade, em uma perspectiva multicultural, que possibilite o desenvolvimento do empoderamento dos sujeitos que possuem menos poder na sociedade e que estão dominados, submetidos ou silenciados, em relação a vida e aos processos sociais, políticos, econômicos, culturais, não reconhecendo portanto a importância da participação, seja de forma individual e coletiva de todos os sujeitos na sociedade.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL, MEC/ CNE/ CP. Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Acesso em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf. Disponível em: 06 nov. 2019.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Caderno de Educação em Direitos Humanos. Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais. Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=32131-educacao-dh-diretrizesnacionais-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 23 out. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2014.

CANDAU, V. M. Educação em Direitos Humanos: principais desafios. Rio de Janeiro: 2005.

CANDAU, V. M. et al. Educação em Direitos Humanos e formação de professores(as). São Paulo: Cortez, 2013.

CANDAU, Vera Maria Ferrão; SCAVINO, Susana Beatriz. Educação em direitos humanos e formação de educadores. Porto Alegre: Educação, v. 36, n. 1, p. 59-66, jan./abr. 2013. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/download/12319/8741> Acesso em: 02 nov 2019.

GONTIJO, C. M. M. Base nacional comum curricular (BNCC): comentários críticos. Disponível em: <http://abalf.org.br/revistaeletronica/index.php/rabalf/article/view/68>. Acesso em: 28 out. 2019.

MAGENDZO, Abraham. Educación en derechos humanos en América Latina: temas, problemas y propuestas. Una síntesis analítica de la reunión de Lima. In: CUELLAR, Roberto. (Ed.). Experiencias de educación en derechos humanos en América Latina. San José: IIDH, USAID, F. Ford, 2000.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 06 de nov. 2019.

SACAVINO, Susana. Educação em direitos humanos e democracia. In: CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana. (Orgs.). Educar em direitos humanos. Construir democracia. Rio de Janeiro: DP&A, 2000a

SACAVINO, Susana. Empoderamento e poder local. In: Revista Novamerica/Nuevamerica, Rio de Janeiro, n. 85, 2000b.

SACAVINO, S. Democracia e educação na América Latina. Petrópolis: DP, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Se Deus fosse um ativista dos Direitos Humanos. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SILVA, M. R. Currículo, ensino médio e BNCC Um cenário de disputas. Disponível em: <file:///C:/Users/JOAO/Downloads/586-1898-1-PB.pdf>. Acesso em: 20 out. 2019.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adoção 151, 183

Apego 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265

Aprendizagem 2, 11, 12, 21, 34, 36, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 69, 71, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 95, 97, 98, 99, 100, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 118, 121, 125, 126, 128, 130, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 146, 152, 153, 157, 158, 160, 162, 163, 165, 166, 168, 169, 170, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 187, 200, 211, 213, 218, 234, 236, 237, 238, 239, 242, 243, 244, 256, 268, 269, 272, 286

C

Currículo 6, 7, 10, 18, 20, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 37, 69, 72, 97, 101, 103, 132, 168, 175, 179, 181, 190, 196, 201, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 264, 265, 285

D

Democratização 11, 118, 124, 136, 142, 163, 164, 239, 274, 275, 276, 277, 278, 280

Desenvolvimento Profissional 211, 212, 214, 215, 218, 219, 285

Desigualdade 20, 21, 98, 100, 103, 104, 107, 111, 199

Direitos Humanos 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 70, 256

Diversidade 1, 2, 3, 4, 5, 13, 19, 68, 88, 97, 98, 100, 138, 153, 193, 249, 283, 284, 285

Docência 24, 37, 38, 41, 50, 93, 94, 109, 116, 117, 120, 122, 124, 125, 164, 191, 195, 196, 197, 201, 202, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 229, 231, 232, 234

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 26, 27, 28, 29, 35, 37, 38, 41, 42, 43, 50, 58, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 84, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 150, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 210, 211, 212, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 240, 241, 244, 245, 246, 249, 250, 251, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 272, 273, 274, 275, 277, 278, 280, 282, 283, 284, 285, 286

Educação do Campo 68, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203

Educação Infantil 1, 2, 3, 4, 5, 13, 15, 133, 195, 199, 218, 258, 260, 261, 264, 268, 274, 275
Educação Integral 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77
Educação Sexual 19, 20, 21, 22
Emoções 65, 103, 104, 107, 108, 109, 111, 114, 115
Empreendedorismo 143, 144, 145, 146, 147, 152, 154, 155
Ensino de Sociologia 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37
Ensino Fundamental 13, 14, 16, 22, 50, 53, 56, 94, 97, 101, 128, 130, 131, 133, 134, 136, 157,
159, 164, 170, 172, 173, 174, 177, 178, 179, 194, 195, 216, 218, 221, 268, 274, 275
Ensino Profissional 38, 43, 44, 59, 62
Ensino Superior 41, 120, 123, 164, 183, 220, 224, 228, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241,
242, 243, 244, 285, 286
Estágio Curricular 25, 33, 35, 116, 123, 125
Estilos de Aprendizagem 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 88, 89
Estudo de Estatística 19, 20
Experimento Didático 204

F

Formação de Educadores 18, 93, 196
Formação de Professores 4, 18, 25, 33, 37, 98, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 179,
187, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 202, 211, 212, 219, 236, 238, 244, 285, 286
Formação Docente 32, 94, 95, 98, 99, 100, 101, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 192, 195,
197, 219, 285

G

Gestão Democrática Participativa 128, 129, 130, 132, 133, 139, 141
Gestão Empreendedora 143, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155
Gestão Escolar 93, 131, 140, 156, 162, 171, 274, 275, 278, 279, 280, 284

H

História 2, 3, 5, 6, 8, 10, 11, 14, 16, 21, 24, 39, 68, 69, 76, 95, 96, 101, 116, 120, 121, 127, 149,
181, 182, 188, 190, 194, 201, 202, 214, 216, 217, 218, 219, 221, 229, 233, 245, 277, 282, 284, 286

I

Império 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 221, 277
Informática Básica 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180
Instrução Pública 181, 182, 183, 184, 185, 221

L

Ludicidade 1

O

Ondas 204, 205, 206, 208, 209, 210

P

Prática Educativa 63, 101, 118, 129, 130, 133, 141, 203, 244, 248, 249, 283

Práticas Avaliativas 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244

Prova Brasil 156, 157, 158, 159, 160, 161, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171

S

Socioeducação 245, 247, 248, 249, 250, 252, 254

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira

2



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira

2



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br